

Artigo defende que programas de austeridade não geraram crescimento. Documento aponta 'efeitos nocivos de longo prazo' na doutrina econômica.

O neoliberalismo, doutrina econômica combatida pela esquerda, recebeu críticas de um de seus maiores defensores, o Fundo Monetário Internacional (FMI), em artigo publicado por três economistas da instituição.

O documento sugere que o receituário neoliberal, prescrito pelo próprio FMI para o crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento, pode ter efeitos nocivos de longo prazo.

A nova consideração dá suporte a uma legião de críticas em países como Portugal e Grécia, que têm se submetido a políticas de austeridade (contenção de gastos e aumento de impostos) previstas pelo FMI, diz a AFP.

"Os benefícios de algumas políticas que são uma parte importante da agenda neoliberal parecem ter sido um pouco exagerados", disseram os economistas no artigo, na edição de junho da revista Finance & Development.

"Em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, colocando em risco uma expansão duradoura", argumentaram.

Os autores, três membros do departamento de pesquisa do FMI, disseram que a abordagem tradicional para ajudar os países a reconstruir suas economias através de corte de gastos do governo, privatização, livre comércio e abertura de capital podem ter custos "significativos" em

termos de maior desigualdade.

"O aumento da desigualdade prejudica o nível e a sustentabilidade do crescimento", disseram. "Mesmo que o crescimento seja o único ou principal objetivo da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda devem prestar atenção nos efeitos de distribuição".

Rigidez orçamentária

Embora os três economistas reconheçam pontos positivos na agenda neoliberal, eles destacam dois grandes problemas: a remoção de todas as restrições ao fluxo de capital e a rigidez orçamentária dos governos.

Os economistas reconhecem as vantagens da abertura de capital em países em desenvolvimento, mas dizem que o fluxo pode ser de um capital de curto prazo, causando grande volatilidade nos mercados e aumentando as chances de quebra.

Segundo os autores, de 150 casos desde a década de 1980 de economias emergentes que tiveram um forte aumento dos fluxos de capital, 20% resultaram em crise financeira. Além disso, a abertura financeira gera um aumento considerável da desigualdade na população do país, alertaram.

As políticas de austeridade, que frequentemente reduzem o tamanho do Estado, não somente "gera custos sociais substanciais" mas também "prejudica a demanda", além de aprofundar o desemprego.

Fonte: G1, 1º de junho de 2016.